



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002054-02.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **EDNA ROSA NOGUEIRA ALBANO**
 Requerido: **Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado com a ré contrato de seguro residencial, sendo que passados alguns meses diversos bens de sua casa foram furtados.

Alegou ainda que a ré se recusou a reembolsar parte desses objetos, com o que não concorda.

Almeja à condenação da mesma ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em cumprir o contrato celebrado.

Não assiste razão à autora, porém.

Com efeito, o instrumento que cristaliza a relação jurídica ente as partes contém cláusula que contempla as exclusões da cobertura ajustada.

Dentre elas, destacam-se as que dizem respeito aos bens elencados a fl. 01 (notebook, perfumes e jóias), como se vê a fl. 05 (itens i, l e t).

A clareza do contrato dispensa considerações a interpretá-lo, inexistindo dúvida quanto à legitimidade da negativa da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nem se diga que a cláusula 4.4.2 do contrato levaria a conclusão diversa, tendo em vista que por seu conteúdo genérico prepondera sobre a mesma a específica já destacada.

A autora, em suma, não faz jus à tutela postulada, não se envolvendo o descumprimento contratual por parte da ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**